



## **Em que ponto se encontra o projecto de gás do Rovuma?**

**Palmira Velasco**

### **1. Em que ponto se encontra o projecto? O que se segue e quando?**

O abrandamento do ritmo das actividades de preparação social das comunidades da Península de Afungi, no distrito de Palma, para a construção da fábrica de gás natural liquefeito (GNL) tem estado a desorientar os habitantes locais, originando especulações entre diferentes grupos, bem como suspeitas em relação ao governo distrital e à empresa americana, Anadarko.

Depois de um período intenso de consultas públicas, sobretudo ao longo dos anos de 2013 e 2014, relativas ao impacto ambiental, recenseamento de pessoas e de seus bens, para cálculo de indemnizações, e ainda sobre o processo do reassentamento das comunidades afectadas, o ritmo deste processo abrandou nos últimos dois anos. Durante este período, a Anadarko e o governo têm estado em negociações tendentes à emissão da licença ambiental, o documento principal através do qual o governo vai aprovar o projecto da construção da fábrica de GNL na Península de Afungi. Por seu lado, a Anadarko tem feito saber que está em fase avançada o processo de mobilização de recursos financeiros e parcerias conducentes à aprovação final do financiamento necessário.

Enquanto isso, nos locais do projecto, que coincidem com diferentes aldeias próximas do povoado de Quitupo, onde a fábrica vai ser instalada, as comunidades directa ou indirectamente afectadas têm estado a manifestar altos índices de ansiedade, derivada da impossibilidade de preverem com clareza o seu futuro, a curto e médio prazos.

As principais questões que têm alimentado especulações e incertezas podem ser resumidas em três categorias, nomeadamente: o calendário e o processo prático das indemnizações a serem pagas às pessoas que vão perder bens para dar espaço à construção da fábrica de GNL; a garantia de atribuição de terra fértil e suficiente, bem como de outras condições para o recomeço de vida sustentável às famílias que vão ser retiradas das suas zonas de origem, Em terceiro lugar, e sabendo-se que a comunidade de Quitupo vai ser reassentada na aldeia de Quitanda, os residentes desta última localidade esperam garantias de paz social e benefícios socioeconómicos pela sua condição de comunidade hospedeira.

Com a finalidade de recolher informação fiável e actualizada em torno destes assuntos, uma equipa do SEKELEKANI trabalhou recentemente junto de algumas comunidades daquela península, nomeadamente Senga, Quitupo e Malemba 1.

## 2. Diferentes grupos, diferentes perguntas e inquietações

Na sua pegada terrestre, o projecto da fábrica de GNL na Península de Afungi afecta diferentes grupos que terão, em consequência, diferentes perguntas e inquietações, ou seja, diferentes necessidades informativas, ao longo das diferentes fases de implementação do projecto.

Assim, as comunidades da zona costeira (pescadores) expressam um tipo de necessidades informativas diferentes das comunidades do interior (agricultores). Por seu lado, as comunidades a serem reassentadas expressam necessidades informativas diferentes das que vão receber estes últimos, no seu território. A nível ainda mais localizado, distinguem-se dois subgrupos: por um lado, dos nativos e, por outro, o dos chamados "vientes", denominação pejorativa atribuída aos habitantes que emigraram recentemente de outras aldeias e foram ali acolhidos.



A comunidade de Quitanda, que vai receber e hospedar as populações a serem removidas de Quitupo, por exemplo, situa-se na localidade de Senga. Quando a equipa do SEKELEKANI abordou os representantes desta aldeia, eles colocaram como condição prévia, falar anonimamente, e expressaram-se da seguinte maneira:

"Eles (os representantes da Anadarko) vieram para aqui e disseram-nos para ficarmos preparados para receber os reassentados de Quitupo. Recebemos essa informação ao longo de

quatro encontros que foram organizados. Até agora estamos à espera. Não sabemos de mais nada, nem do que está a acontecer".



O que parece criar alguma ansiedade junto da comunidade da região hospedeira é uma alta ansiedade em saber quais serão os seus benefícios por receberem e acomodarem uma comunidade retirada suas terras para dar lugar a um projecto económico.

De acordo com as pessoas contactadas pelo SEKELEKANI, o governo e a Anadarko apresentaram, no passado, um documento, indicando a área exacta a ser atribuída aos reassentados, mas o conteúdo deste documento parece não ter recebido o acordo da comunidade local – e por isso não foi assinado. "Ainda estamos à espera de um acordo para assinarmos esse documento", acrescentam as fontes.

Segundo ainda os interlocutores do SEKELEKANI, uma outra questão ainda por concluir é o registo dos bens existentes no território de Senga que vai acolher a população de Quitupo e a decisão sobre os processos de indemnização pela sua perda.

### **3. "Casa de cimento não se come"**

Entretanto, SEKELEKANI deslocou-se a Milamba 1, para ouvir o sentimento da comunidade a ser deslocada. Milamba 1 fica na zona costeira.

Nesta comunidade existe algum sentimento de exclusão do processo de consultas. Diz a este propósito um habitante local : "quando as autoridades do governo querem falar com as pessoas desta região, limitam-se a consultar Quitupo e nunca descem até esta zona do litoral. Quitupo não pode representar os interesses de todas as comunidades, porque cada uma tem suas especificidades", defende a mesma fonte.



### **Zona costeira de Milamba 1**

Sobre como prevê que o reassentamento vá afectar a comunidade, o nosso interlocutor afirma: "a nossa primeira preocupação é saber como vão ser encaminhados os nossos bens e machambas. Não estamos contra a deslocação nem o reassentamento, mas queremos saber onde vamos fazer machambas. Até agora não temos resposta satisfatória nem explicação sobre as nossas inquietações".

Em Milamba, como em outras aldeias, nota-se alguma divisão dentro da comunidade: existe o grupo daqueles que se mostram prontos para imediatamente deixar a aldeia a fim de receberem novas casas do reassentamento em Quitunda. Mas há outros mais preocupadas em receber garantias prévias de que vão ter, no local do reassentamento, terrenos férteis e suficientes para a prática agrícola.

Na opinião da nossa fonte, os que se sentem muito atraídos pelo recebimento de uma casa nova, de cimento, seriam os "vientes", que não têm terras herdadas de seus antepassados. "Muitos dos que aceitam o reassentamento sem negociações são os não nativos. Esses não herdaram nada dos antepassados e nem têm pomares. Quando se diz que a maioria dos agregados aceitam o reassentamento, fala-se destes não nativos", remata a nossa fonte. Diferentemente desta tendência, os nativos, mais do que receber uma casa de cimento, preferem ter garantia de espaço de machambas para produzir comida e criar os seus animais. Para isso, eles exigem que a empresa e o governo lhes atribuam terra com as mesmas características e dimensões daquelas onde eles vivem presentemente.

"Uma casa de alvenaria ou um prédio para mim não tem muito significado. Eu quero espaço onde possa construir a minha casa, mesmo se for com uso de material local. Os que querem reassentamento rápido sem discutir as condições, mais tarde hão-de ver que estavam enganados e arrepende-se-ão", diz, muito seguro, um dos intervenientes no diálogo. "Casa de cimento não se come e quando começar a ter problemas não terei recursos para a reabilitar".

Porque a comunidade de Milamba 1 insiste em participar nas negociações e pede sempre esclarecimentos, é tida como estando contra o desenvolvimento, de tal sorte que o Governo

Distrital acusa os seus habitantes de pertencerem a partidos políticos da oposição, o que lhes atrai intimidações.

#### **A promessa da Anadarko**

Entretanto, refira-se que muitas das inquietações expressas pelas comunidades, nomeadamente sobre o seu futuro em consequência da perda de recursos e meios de vida, acham-se respondidas no quadro do Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência Agrícola (PRMSA), que faz parte do Plano de Reassentamento (PR), submetido ao governo pela Anadarko.

Nos termos deste documento, "o objectivo do PRMSA é garantir que todos os agregados familiares deslocados tenham a oportunidade de alcançar níveis sustentáveis de segurança alimentar num prazo de 18 meses após terem sido fisicamente reassentados. Este objectivo será alcançado através do fornecimento de acesso a terrenos agrícolas de substituição, da melhoria da produção primária e também do apoio aos agregados familiares afectados para fazerem melhor uso da produção primária".

Através do PRMSA, a Anadarko compromete-se a garantir que seja alcançada "a mesma ou melhor produção agrícola em terrenos menores com menos recursos naturais", através do aumento da produção.

A implementação dos programas perdurará por um período mínimo de 36 meses, com ênfase nos primeiros 18 meses para assegurar que é alcançada e retida a suficiência alimentar. Após o período inicial de 36 meses, será realizada uma análise do PRMSA para determinar se o restabelecimento dos meios de subsistência pode ser considerado como concluído. "Se esta análise concluir que o programa não foi bem-sucedido, os programas serão continuados", promete o programa da Anadarko.

Para a implementação do PRMSA Serão utilizados parceiros como Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades privadas privadas.

O facto das comunidades interessadas expressarem quase total desconhecimento destes programas pode ser forte indicador de um alto défice acesso à informação, que deve ser disseminada através de métodos e instrumentos acessíveis a todos.

#### **4. Suspeita de consultas manipuladas e de bloqueio à liberdade de expressão**

Um assunto que pulveriza todo o ambiente local é uma contestação quase generalizada aos processos de consultas, entre por um lado as comunidades e, por outro, o governo distrital e a Anadarko. A este respeito, as comunidades acusam a Anadarko de ter instituído subsídios monetários aos membros do Comité de Reassentamento, como instrumento de coação, através do qual a empresa procura controlar as decisões desta estrutura. Assim, aqueles membros do Comité que defendam posições que desagradem à Anadarko ou mesmo ao governo distrital são excluídos do subsídio e, eventualmente, exonerados daquela estrutura e substituídos por outras pessoas, aparentemente mais dóceis. Assim, esta estrutura perdeu credibilidade perante as populações.

Outro elemento que chama a atenção de pesquisadores independentes em Palma é o número sempre crescente de pessoas que, quando entrevistadas, pedem para os seus nomes nunca serem mencionados, e assim permanecerem anónimas. Esta prática denuncia falta de liberdade de expressão na comunidade, onde se receia o risco de se sofrer, mais tarde, qualquer tipo de represálias por parte das autoridades locais.

Em Milamba 1 como em outras comunidades, a população queixa-se que nas negociações sobre os reassentamentos, o governo devia auxiliar as comunidades, em vez de lhe criar entraves. Mas o que acontece é contrário: é o governo que negocia com a empresa e as comunidades ficam de lado como espectadoras.

Nessa medida, uma das questões críticas mencionadas é o desconhecimento que parece prevalecer, sobre a qualidade e dimensão das machambas que os futuros reassentados vão receber, na região para onde vão, em Senga. "Precisamos de saber quais as dimensões das machambas a serem atribuídas; saber as condições do solo, se é fértil ou não e, saber qual é o custo de indemnização das plantas e culturas destruídas. Estas são algumas inquietações que temos e precisamos de ser esclarecidos", sublinha um residente local.



### **Vista parcial da aldeia de Quitupo**

A comunidade denuncia também que o Comité de Reassentamento é, muitas vezes, posto à prova quando a empresa leva actas de encontros e pede assinaturas dos membros sem eles terem lido ou concordado com o conteúdo. Alguns membros do Comité que se recusam a

assinar recebem ameaças de perder o subsídio pago pela Anadarko. Coagidos, alguns acabam assinando actas com cujo conteúdo não concordam. Aqueles que se mantêm firmes nas suas posições perdem o subsídio e no lugar das suas assinaturas são apostas impressões digitais de pessoas estranhas.

Os residentes locais mencionaram, a propósito, o afastamento de dois membros do Comité de Reassentamento por se terem manifestado contra injustiças e por se referirem sempre às leis. Referem que foi durante a terceira consulta comunitária que houve ruptura do Comité. "Os membros que continuam estão, praticamente, ao serviço da empresa", alegam os entrevistados.

Suale Abudo, representante do Conselho Islâmico de Moçambique, Delegação de Palma, afirma que a sua congregação jamais foi convidada a participar de qualquer consulta comunitária.

"O Conselho Islâmico nunca teve oportunidade de ser convidado a nenhum encontro em Palma e muito menos de se exprimir", disse Suale, acrescentando que não sabe se no reassentamento está prevista a construção de Madrassas e respectivas escolas para os alunos.

O Conselho Islâmico de Moçambique e o Conselho Cristão de Moçambique estão a ser reconhecidos nos últimos tempos, graças a sua adesão à Plataforma da Sociedade Civil composta por nove -Organizações Não-Governamentais que trabalham na disseminação de leis, no Distrito de Palma.

"O Governo Distrital tem-nos chamado "nomes", quando insistimos que as leis devem ser conhecidas. Chama-nos de opositores e ameaça mandar-nos prender se insistirmos em divulgar leis", alega Suale.

O porta-voz do Conselho Islâmico receia que não haja justiça nos reassentamentos e o pior é que as pessoas não têm direito a palavra, não podem expressar-se livremente." Não existe espaço para as pessoas dizerem o que pensam e o que sentem. E, se alguém insiste em fazê-lo é conotado negativamente".

Sobre as acusações das Organizações da Sociedade Civil serem agitadoras e estarem a criar impasse do desenvolvimento de Palma, Suale discorda dizendo que as leis disseminadas pela sociedade civil são as mesmas que o governo também tem nos gabinetes, simplesmente não há interesse que os cidadãos as conheçam e com base nelas defendam os seus direitos.

## **5. As posições do CTV e do Governo Distrital**

O Centro Terra Viva (CTV) é uma das organizações da sociedade civil que tem estado a seguir, de forma permanente, o processo da preparação social das comunidades de Palma, em conexão com o projecto da GNL. A organização mantém um escritório e um representante em Palma, José Passar. SEKELEKANI pediu a opinião desta organização, sobre as inquietações das comunidades de Afungi. A respeito, José Passar disse tratar-se de assuntos de que tem pleno conhecimento, ainda que haja determinados aspectos necessitando de maior clareza.

Passar partilha das preocupações das comunidades, em particular sobre as alegações de manipulação do Comité de Reassentamento por parte da Anadarko. Com vários anos de trabalho comunitário em diferentes províncias, a nossa fonte diz que já trabalhou com mais de 200 comités comunitários legalizados, mas nunca antes tinha-se cruzado com membros de tais estruturas recebendo subsídios de empresas privadas. "Qualquer ONG ou empresa pode doar ou ajudar os comités, enquanto organizações, mas nunca pagar subsídios individualmente aos membros do Comité, como acontece em Palma", destaca.

Na sua opinião, submetidos a esta condição, "os membros do Comité tendem a agir a favor da empresa porque a encaram como "patrão", que lhes dá dinheiro e assim deixam de olhar para o objectivo para o qual foram criados, que é a prestação de serviços às comunidades! Este comportamento do Comité tira-lhe credibilidade junto das pessoas que escolheram os seus membros", sublinha Passar.

Entretanto, e à luz desta questão, no encontro com algumas comunidades de Palma, chegou à equipa do SEKELEKANI uma informação segundo a qual o Comité de Quitupo ficou de Agosto a Outubro do ano passado sem receber qualquer subsídio da Anadarko, aparentemente como forma de pressão para o órgão parar de questionar sobre as preocupações das comunidades. A principal questão que o Comité de Quitupo continua a colocar é a legalidade do DUAT sobre um território de 7.000 hectares, que o governo atribuiu à Anadarko, sem consultas comunitárias documentadas.

Quanto as queixas das comunidades sobre o mau relacionamento com o governo distrital, Passar considera que alguns representantes do governo distrital podem estar a usar o seu poder para intimidar ou amedrontar os cidadãos.

A exclusão das Organizações da Sociedade Civil de encontros, debates e consultas é intencional e é prática de algumas pessoas que representam o governo, talvez para salvaguardarem alguns interesses pessoais, considera Passar, rematando: "O que se pretende em Palma é que haja um trabalho em conjunto entre o governo, Sociedade civil e ONG's em prol do desenvolvimento comunitário".

Por seu lado, e num breve encontro com a equipa do SEKELEKANI, a Directora Distrital de Infra-estruturas, disse que neste momento aguarda-se pela decisão do Conselho de Ministros, sobre a proposta do Plano de Reassentamento, submetida pela Anadarko. Este documento constitui parte integral dos requisitos legais para a atribuição da licença ambiental à Anadarko.

Enquanto isso, uma falta demasiado prolongada de informação actualizada sobre os progressos do projecto, junto das comunidades locais, pode vir a agravar os presentes índices de ansiedade e de especulações, com o risco de crescentes níveis de agitação e de desestabilização junto dos diferentes povoados da Península de Afungi.

Fim.